

PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ N° 76.970.318/0001-67

AV. ANTÔNIO VEIGA MARTINS, 80/82 – CEP 87670-000 – CENTRO

PORTARIA N° 003/2021 **DE 18 DE JANEIRO DE 2021**

Cleber Geraldo da Silva, Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE:

Art. 1° - Designar servidores municipais para a constituição de nova **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL**, para o desenvolvimento de trabalhos junto a Divisão Municipal de Licitação e Compras.


Art. 2° - Ficam nomeados, em suas respectivas funções, os seguintes servidores descritos abaixo:

PRESIDENTE: Renato Rafael Diogo Do Valle, RG N° 9.014.461-8/SESP-PR e CPF N° 049.250.729-51;

VICE-PRESIDENTE: Álvaro Cezar de Assis, RG N° 3.766.799-4/SSP-PR e CPF 618.064.719-49; e

SECRETÁRIO: Diego Rafael Fioripes de Souza, RG N° 9.481.911-3/SESP-PR e CPF N° 048.027.979-90.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.


CLEBER GERALDO DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

PUBLICADO NO JORNAL:	
<i>O Jornal</i>	N° <i>3215</i>
Pág: <i>12</i>	DATA: <i>20/01/21</i>

MUNICÍPIO DE INAJÁ
FLS. *01* / VIST.

**CAIXA DE ASSIST. E PREV. DOS SERVIDORES
MUNICÍPIO DE INAJÁ CNPJ 01.620.229/0001-91**

Avenida Antônio Veiga Martins, 80 – Centro – CEP 87.670-000
Fone: (44) 3440-1221 – E-mail: prefeitura@inaja.pr.gov.br

De: Caixa de Assistência e Previdência dos Servidores do Município de Inajá

Para: Departamento de Finanças e Divisão de Contabilidade

Assunto:

Em virtude do recebimento da solicitação do Caixa de Assistência e Previdência dos Servidores do Município de Inajá em 25/01/2021, referente à Contratação de empresa ESPECIALIZADA EM ELABORAÇÃO DA AVALIAÇÃO DO CALCULO ATUARIAL 2020, necessitamos da manifestação da existência de saldo orçamentário e financeiro.

Salientamos, que a previsão de gastos com a contratação ora pretendida será de aproximadamente R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), com base em levantamentos preliminares realizados pelo Departamento solicitante.

Para tanto, solicito ao setor de Contabilidade para confirmação da existência de saldo orçamentário e, para o Departamento de Finanças sobre a existência do saldo financeiro para

Atenciosamente.


Alvaro Cezar de Assis
Comissão C.P.L.

Departamento de Finanças e Divisão de Contabilidade

Recebi a solicitação do Caixa de Assistência e Previdência dos Servidores do Município de Inajá

em: 28/01/2021


Ana Paula de Oliveira
Contadora



Prefeitura do Município de Inajá

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ N.º 76.970.318/0001-67

AV. ANTÔNIO VEIGA MARTINS, 80 - TELEFAX: (44) 3440-1221 - CEP 87670-000

De: Divisão de Contabilidade.

Para: Comissão de Licitação.

Referente: Informação de Recursos Orçamentários

De conformidade com a solicitação efetuada por este Departamento e nos termos do que preceitua a lei nº 8.666/93, tenho a informar que verificando os saldos da execução orçamentária do corrente exercício, constatamos que nesta data:

(X) existe,

() não existe,

Previsão de recursos orçamentários para Contratação de empresa ESPECIALIZADA EM ELABORAÇÃO DA AVALIAÇÃO DO CALCULO ATUARIAL 2020, com um custo de aproximadamente R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), nas seguintes dotações relacionadas abaixo e conforme relatório anexo.

Discriminar abaixo, os recursos que poderão ser utilizados para despesas, tais quais seus saldos orçamentários disponibilizados:

RECURSO FINANCEIRO	
UNIDADE ORÇAMENTARIA	20
FUNÇÃO PROGRAMATICA	01
PROJETO DE ATIVIDADE	3.081
ELEMENTO DE DESPESA	3.3.90.39.00.00.00.00
FONTE DE RECURSO	1000
SALDO ORÇAMENTARIO	R\$ 36.064,00

Inajá, 2 de fevereiro de 2021.


Ana Paula de Oliveira

Contadora

Departamento de Licitação e Compras

Recebi da Divisão de Contabilidade

22/02/2021

PARANÁ
CAIXA DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES DE INAJA

Relação da Despesa Orçada

Código reduzido	Dotação	Descrição elemento	Educação	Pessoal	Valor Or
Entidade: 1 - CAIXA DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES DE INAJA					
Órgão:	20	PREVIDENCIA MUNICIPAL			
Unidade:	01	PRVIDENCIA SOCIAL			
Proj./Ativ.	2.021	PREVIDENCIA SOCIAL AOS SERVIDORES			
1		3.1.90.01.00.00.00.00 0040 APOSENT. DO RPPS, RESERVA REMUN. E F	Não	Sim	1.570.61
2		3.1.90.03.00.00.00.00 0040 PENSÕES, EXCLUSIVE DO RGPS	Não	Sim	456.41
3		3.3.90.30.00.00.00.00 0001 MATERIAL DE CONSUMO	Não	Não	9.61
4		3.3.90.36.00.00.00.00 0001 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESS	Não	Não	3.01
5		3.3.90.39.00.00.00.00 0001 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESS	Não	Não	36.01
7		3.3.90.40.00.00.00.00 0001 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇ.	Não	Não	30.01
6		4.4.90.52.00.00.00.00 0001 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTI	Não	Não	6.01
Total do Projeto/Atividade:					2.111.71
Total da Unidade:					2.111.71
Total do Órgão:					2.111.71
Total da Entidade:					2.111.71
Total Geral:					2.111.71

Inajá, 04/05/2021

HELIO RODRIGUES DE JESUS
PRESIDENTE

PARANÁ

CAIXA DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES DE INAJA

Relação da Despesa Com Saldo Atual

Código reduzido	Dotação	Descrição elemento	Educação	Pessoal	Saldo Bloqueado	Saldo /
Entidade: 1 - CAIXA DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES DE INAJA						
Órgão:	20	PREVIDENCIA MUNICIPAL				
Unidade:	01	PRVIDENCIA SOCIAL				
Proj./Ativ.	2.021	PREVIDENCIA SOCIAL AOS SERVIDORES				
1	3.1.90.01.00.00.00.00 0040	APOSENT. DO RPPS, RESERVA REMUN. E F	Não	Sim	0,00	1.326.11
2	3.1.90.03.00.00.00.00 0040	PENSÕES, EXCLUSIVE DO RGPS	Não	Sim	0,00	378.81
3	3.3.90.30.00.00.00.00 0001	MATERIAL DE CONSUMO	Não	Não	0,00	9.61
4	3.3.90.36.00.00.00.00 0001	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESS	Não	Não	0,00	3.01
5	3.3.90.39.00.00.00.00 0001	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESS	Não	Não	0,00	36.01
7	3.3.90.40.00.00.00.00 0001	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇ.	Não	Não	0,00	25.31
6	4.4.90.52.00.00.00.00 0001	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENT	Não	Não	0,00	6.01
Total do Projeto/Atividade:						1.785.01
Total da Unidade:						1.785.01
Total do Órgão:						1.785.01
Total da Entidade:						1.785.01
Total Geral:						1.785.01

Inajá, 13/04/2021

HELIO RODRIGUES DE JESUS
PRESIDENTE

Atual

59,83

03,26

09,00

03,00

34,00

31,16

06,00

06,25

06,25

06,25

06,25

06,25



MELO AUDITORIA E ASSESSORIA LTDA
CNPJ 21.681.222/0001-97

CURITIBA - PR, 20 DE FEVEREIRO DE 2021

INAJÁ - PR

REF: PROPOSTA DE AVALIAÇÃO ATUARIAL

Apresentamos nossa proposta para execução dos serviços de avaliação atuarial, conforme descrito abaixo.

1. AVALIAÇÃO ATUARIAL

- Avaliação Atuarial Anual 2021 - base: 31/12/2020
- DRAA - Demonstrativo do Resultado da Avaliação Atuarial - CADPREV
- Custos Atuariais
- Mapa de Contabilização dos resultados atuariais, com a utilização do Plano de Contas
- Demonstrativo das Projeções Atuariais do RPPS (LRF art. 53º, § 1º, Inciso II)
- Atendimento da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LRF art. 4º, § 2º, Inciso IV, "a")
- Projeção Atuarial das Receitas e Despesas do Município ao longo de 75 anos.
- Equilíbrio Financeiro e Atuarial
- Plano de Amortização do Déficit Atuarial
- Certificado e Nota Técnica Atuarial - CADPREV
- Resposta aos questionamentos do Tribunal de Contas, MF/SPS ou qualquer outro órgão

2. PROPOSTA - VÁLIDA POR 120 (CENTO E VINTE DIAS) DIAS DA DATA ACIMA

R\$ 4.000,00 (quarto mil reais)

No valor acima, estão incluídas as despesas com encargos sociais. O valor será pago no ato da entrega dos relatórios via e-mail com assinatura digital, mediante Nota Fiscal Eletrônica de prestação de serviços emitida pela contratada.

3. PRAZO DE EXECUÇÃO

Os serviços serão executados no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos dados funcionais, que serão solicitados na contratação dos serviços.

4. REGISTROS

Atuário regularmente inscrito no IBA - Instituto Brasileiro de Atuária.

Atenciosamente,

177 do
MELO AUDITORIA E ASSESSORIA LTDA
CIBA 140
RICARDO CICARELLI DE MELO
MIBA 1306

21.681.222/0001-97
MELO AUDITORIA E
ASSESSORIA LTDA.
R. CAPITÃO SOUZA FRANCO, 843 - CONJ. 53
BATEL - CEP 80730-420
CURITIBA - PR

Rua Capitão Souza Franco, 848 - 5º Andar - Conjunto 53 - CEP 80730-420 - CURITIBA - PR
Fone/Fax: (41) 3029-8516 - Celular: (41) 9 9684-5665
E-mail: auditor - <http://www.atuarial.com.br>

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA



NUMERO DE INSCRIÇÃO 21.681.222/0001-97 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 05/12/2014
--	---	---------------------------------------

NOME EMPRESARIAL
MELO AUDITORIA E ASSESSORIA LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)

PORTE
DEMAIS

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
69.20-6-02 - Atividades de consultoria e auditoria contábil e tributária

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
69.20-6-01 - Atividades de contabilidade

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
224-0 - Sociedade Simples Limitada

RADOURO K CAPITAO SOUZA FRANCO	NUMERO 848	COMPLEMENTO CONJ: 53;
--	----------------------	---------------------------------

CEP 80.730-420	BAIRRO/DISTRITO BATEL	MUNICÍPIO CURITIBA	UF PR
--------------------------	---------------------------------	------------------------------	-----------------

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE (41) 3029-8516
---------------------	-----------------------------------

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)

SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 05/12/2014
------------------------------------	---

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
----------------------------	------------------------------------

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.
Emitido no dia **22/02/2021** às **08:54:16** (data e hora de Brasília).



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 21.681.222/0001-97 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 05/12/2014
--	---	---------------------------------------

NOME EMPRESARIAL
MELO AUDITORIA E ASSESSORIA LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)

PORTE
DEMAIS

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
69.20-6-02 - Atividades de consultoria e auditoria contábil e tributária

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
69.20-6-01 - Atividades de contabilidade

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
224-0 - Sociedade Simples Limitada

LOGRADOURO
R CAPITAO SOUZA FRANCO

NÚMERO
848

COMPLEMENTO
CONJ: 53;

CEP
80.730-420

BAIRRO/DISTRITO
BATEL

MUNICÍPIO
CURITIBA

UF
PR

ENDEREÇO ELETRÔNICO

TELEFONE
(41) 3029-8516

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)

SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA

DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
05/12/2014

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL

DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **30/03/2021** às **13:50:30** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:	21.681.222/0001-97
NOME EMPRESARIAL:	MELO AUDITORIA E ASSESSORIA LTDA
CAPITAL SOCIAL:	R\$50.000,00 (Cinquenta mil reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:	RICARDO CICARELLI DE MELO
Qualificação:	49-Sócio-Administrador

Nome/Nome Empresarial:	ALFEU DE MELO
Qualificação:	22-Sócio

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 30/03/2021 às 13:50 (data e hora de Brasília).



Curitiba, 01 de fevereiro de 2021.

**AO
REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA SOCIAL DE INAJÁ - PR**

Ref.: Proposta de Prestação de Serviços Técnicos Atuariais

Prezados(as) Senhores(as),

Atendendo a solicitação dos representantes do Regime Próprio de Previdência Social deste município, estamos apresentando a seguir, proposta de prestação de serviços técnicos voltados à elaboração da avaliação atuarial do exercício vigente. O objetivo é avaliar o plano de custeio do Regime Próprio de Previdência do Município, para que este se mantenha equilibrado, conforme previsto no art. 40 da Constituição Federal, respeitando todas as orientações e especificações definidas pela legislação complementar e suplementar aplicável.

Sem mais, estamos à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Atenciosamente,

FERNANDO TRALESKI

Diretor

ACTUARY ASSESSORIA PREVIDENCIÁRIA LTDA

CNPJ: 21.810.869/0001-71

**PROPOSTA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS****APRESENTAÇÃO**

A Actuary foi fundada em 1986, com sede em CURITIBA-PR, e tem como objetivo assessorar entidades de previdência municipal e estadual na estruturação de seus programas de seguridade social. Nasceu da necessidade cada vez maior de pesquisa e desenvolvimento de metodologias que atendessem às necessidades diretas da União, Estados, Distrito Federal e Municípios no que diz respeito às questões previdenciárias. Nosso trabalho é realizado de forma a agregar conhecimento para que se possa construir a estratégia de financiamento de custeio previdenciário, que esteja mais adequada às características e necessidade do Ente Federado. Nossos trabalhos e metodologias são reconhecidos pelos órgãos fiscalizadores como Tribunal de Contas do Estado e Secretaria de Previdência Social vinculada atualmente ao Ministério da Economia.

A equipe da Actuary é formada por especialistas altamente capacitados e com ampla experiência em previdência municipal. Um dos sócios é atuário, ex-professor universitário no curso de ciências atuariais no Paraná, o outro é atuário e tem experiência de mais de 18 (dezoito) anos em previdência municipal, somando-se milhares de avaliações atuariais realizadas em todo o Brasil, e, ainda temos um mestre em tecnologia da informação, o qual junto com a equipe, desenvolveu sistema exclusivo de gestão para RPPS, e, que fornece todo o suporte técnico para os municípios.

OBJETO DA PROPOSTA

Os serviços objeto desta proposta são voltados a realização do cálculo atuarial do exercício de 2020, constando avaliação para o Regime Próprio de Previdência do Município, considerando a Lei 9.796/99 que regulamenta a Compensação Financeira, Portaria 7.796/2000 que estabelece os Critérios das Avaliações Atuariais, Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), ainda, os enquadramentos da Lei 9.717/1998, Portaria 4.992/1999, Portaria 402/2008, Portaria 464/2018, bem como de acordo com as Emendas Constitucionais Federais nºs 20, 41, 47, 70 e 103, a Lei 10.887/2004, e de acordo com a legislação municipal referente RPPS.

Descrição dos Serviços:

1. Definição da taxa de Juros parâmetro da Política de Investimentos do Regime Próprio de Previdência Social, que será aplicada a Estrutura a Termo de Taxa de Juros Média para a avaliação atuarial, conforme previsto no inciso II do art. 26 e art. 79 da Portaria MF nº 464, de 19 de novembro de 2018;
2. Crítica do banco de dados dos servidores do Município que compõe o Regime Próprio de Previdência para apurar possíveis inconsistências;



3. Elaboração do relatório da Avaliação Atuarial do Exercício Vigente para o RPPS, contendo os seguintes estudos:

- a. Elaboração do estudo Atuarial do Exercício Vigente para o RPPS, considerando a Lei 9.796/99 que regulamenta a Compensação Financeira, Portaria 7.796/2000 que estabelece os Critérios das Avaliações Atuariais, Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), ainda, os enquadramentos da Lei 9.717/1998, Portaria 4.992/1999, Portaria 402/2008, Portaria 464/2018, bem como de acordo com as Emendas Constitucionais Federais nºs 20, 41, 47, 70 e 103, a Lei 10.887/2004, e de acordo com a legislação municipal referente RPPS;
- b. Estudo estatístico detalhado do grupo de participantes;
- c. Relação de benefícios previstos no plano a serem concedidos aos participantes do regime próprio de previdência;
- d. Relação de todas as bases técnicas que foram utilizadas para a avaliação atuarial;
- e. Descrição dos resultados da avaliação atuarial; apresentando 3 (três) opções de financiamento do déficit técnico previdenciário, caso exista, formulando-se hipóteses para que o plano apresente equilíbrio financeiro atuarial;
- f. Projeção atuarial realizado através fluxo atuarial anual projetado de receitas, despesas e saldo do RPPS para um período de 75 (setenta e cinco) anos;
- g. Parecer atuarial que discorrerá sobre a qualidade da base de dados; o plano de custeio a ser praticado e valores de reservas financeiras a serem constituídas para equilíbrio financeiro e atuarial do Plano.

4. Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial – DRAA:

- a. Elaboração da Nota Técnica Atuarial – NTA;
- b. Levantamento de todos os dados que devem ser preenchidos no Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial que deve ser encaminhado à Secretária da Previdência – SPREV;
- c. Elaboração do fluxo atuarial anual projetado de receitas, despesas e saldo do RPPS até sua extinção.

5. Serviços técnicos atuariais de suporte a gestão:

- a. Suporte técnico atuarial para responder a questionamentos do Tribunal de Contas, Secretaria de Previdência e qualquer outro tipo de auditoria, relativos ao cálculo atuarial do exercício vigente;



- b. Prestar assistência permanente na área técnico atuarial, dirimindo e esclarecendo dúvidas pertinentes ao cálculo atuarial do exercício vigente.

O PRAZO DE REALIZAÇÃO DOS TRABALHOS

O prazo para encaminhamento do relatório da avaliação atuarial objeto desta proposta será de 30 (trinta) dias, a contar da data de homologação do banco de dados cadastral.

O prazo de vigência dos serviços apresentado será de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura do contrato.

A RESPONSABILIDADE DO CONTRATANTE

O Município participará da elaboração do trabalho, comprometendo-se a:

- Disponibilizar as informações necessárias para realização dos trabalhos.

RESPONSABILIDADE DA ACTUARY

Na execução do trabalho de que trata esta proposta a Actuary terá a seguinte responsabilidade:

- Entregar ao RPPS os trabalhos efetuados no prazo determinado;
- Manter o total sigilo dos dados obtidos e das negociações que vier a participar, ficando responsável por qualquer divulgação sem autorização expressa do RPPS.

ORÇAMENTO

O projeto apresentado nesta proposta está orçado em R\$ 8.000,00 (oito mil reais).

FORMA DE PAGAMENTO

O desembolso pela execução dos serviços objeto da presente proposta será feito através de apresentação de Nota Fiscal em 2 (duas) etapas:

- ✓ R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) quando na homologação dos dados;
- ✓ R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), quando da entrega do Estudo de Avaliação Atuarial e da Elaboração da Nota Técnica Atuarial – NTA, referente ao exercício vigente.
- ✓

**VALIDADE DA PROPOSTA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO**

Esta proposta, bem como o orçamento aqui apresentado, tem validade de 90 (noventa) dias a partir da sua data de envio.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 21.810.869/0001-71 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 26/01/2015
NOME EMPRESARIAL ACTUARY ASSESSORIA PREVIDENCIARIA LTDA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****		PORTE EPP
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 66.21-5-02 - Auditoria e consultoria atuarial		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 62.04-0-00 - Consultoria em tecnologia da informação 69.20-6-01 - Atividades de contabilidade 69.20-6-02 - Atividades de consultoria e auditoria contábil e tributária		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada		
LOGRADOURO AV PRESIDENTE KENNEDY	NÚMERO 2999	COMPLEMENTO SALA: 08; SALA: 09; ANDAR: 2;
CEP 80.610-010	BAIRRO/DISTRITO AGUA VERDE	MUNICÍPIO CURITIBA
UF PR		
ENDEREÇO ELETRÔNICO NELSONFOLADOR@ONDA.COM.BR		
TELEFONE (41) 3232-9373		
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 26/01/2015	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 30/03/2021 às 13:51:39 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:	21.810.869/0001-71
NOME EMPRESARIAL:	ACTUARY ASSESSORIA PREVIDENCIARIA LTDA
CAPITAL SOCIAL:	R\$30.000,00 (Trinta mil reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:	FERNANDO TRALESKI
Qualificação:	49-Sócio-Administrador

Nome/Nome Empresarial:	VINICIUS ALEXANDRE BIETKOSKI
Qualificação:	49-Sócio-Administrador

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 30/03/2021 às 13:52 (data e hora de Brasília).



Envio pc1112021

Curitiba, 19 de fevereiro de 2021.

RPPS de Inajá
Inajá - PR

Prezados Senhores,

Apresentamos nossa proposta de serviços atuariais para realização dos serviços de **Avaliação Atuarial Anual do Regime Próprio de Previdência num período de 30 dias**, em atendimento à obrigatoriedade prevista na Lei 9.717/99 e considerando os novos critérios atuariais mínimos previstos na Portaria 464/2018 e Instruções Normativas nº 01 a 10/2018. Abaixo relacionamos os serviços a serem prestados:

- ✓ Realizar cálculo atuarial do exercício 2021;
- ✓ Apurar as Provisões Matemáticas correspondentes, bem como estabelecer o Plano de Custeio para o próximo exercício.
- ✓ Enviar o DRAA – Demonstrativo do Resultado de Avaliação Atuarial do exercício 2020;
- ✓ Elaborar de um Relatório da Avaliação Atuarial detalhado;
- ✓ Apresentar o Demonstrativo de Projeções Atuariais de Receitas e Despesas Previdenciárias (Anexo XIII do RREO);
- ✓ Apresentar a Nota Técnica Atuarial a ser encaminhada ao CADPREV;
- ✓ Após o encerramento da avaliação, assessorar o RPPS em questões relacionadas aos resultados apurados frente aos questionamentos do Município, Secretaria de Previdência do Tribunal de Contas.

✓
Observação: Qualquer outro serviço, não relacionado acima, deverá ser objeto de nova contratação.

A título de remuneração pelos serviços, propomos o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), a serem pagos na entrega do trabalho. Esta proposta tem validade de 90 dias e não inclui a apresentação presencial dos resultados na sede do Instituto.

Aguardamos seu pronunciamento e colocamo-nos à disposição para esclarecimentos adicionais

Atenciosamente,

Luiz Claudio Kogut
Atuário Miba 1.308
Sócio- Gerente da

Actuarial – Assessoria e Consultoria Atuarial Ltda – EPP

Actuarial - Assessoria e Consultoria Atuarial Ltda.
Rua Benjamin Constant, 67 Cx. 403/494 CEP 80660-020 Curitiba - PR Telefone (41) 3332-2310
actuarial.com.br
CNPJ 06.767.913/0001-05

MUNICÍPIO DE INAJÁ
FLS. 13 / VIS



REGIMES PRÓPRIOS ATENDIDOS EM 2020

Governos Estaduais: Amazonas.

Capitais: Campo Grande/MS, Curitiba/PR e Recife/PE.

Municípios de Alagoas: Craíbas.

Municípios de Goiás: Anápolis.

Municípios de Mato Grosso do Sul: Bodoquena, Camapuã, Chapadão do Sul, Dois Irmãos do Buriti, Douradina, Dourados, Eldorado, Fátima do Sul, Jardim, Maracaju, Nova Alvorada do Sul, Nova Andradina, Ponta Porã, Rio Brilhante, Rio Verde de Mato Grosso, Sidrolândia, Tacuru e Vicentina.

Municípios da Paraíba: Bayeux, Belém, Cacimbas, Desterro, Esperança, Pilões e São Sebastião de Lagoa de Roça.

Municípios do Paraná: Almirante Tamandaré, Ampére, Arapongas, Araucária, Barracão, Bela Vista do Paraíso, Campina do Simão, Campo do Tenente, Campo Mourão, Chopinzinho, Contenda, Cruzeiro do Sul, Fazenda Rio Grande, Flor da Serra do Sul, Foz do Iguaçu, Guairaçá, Guarapuava, Inácio Martins, Itaguajé, Janiópolis, Laranjal, Luiziana, Mandirituba, Maringá, Munhoz de Mello, Ourizona, Paranaguá, Paranapoema, Paranaíba, Peabiru, Pinhais, Pinhão, Pinhalão, Porto Barreiro, Planalto, Quitandinha, Rancho Alegre D' Oeste, Rio Azul, Rio Negro, Rolândia, Roncador, São Jorge do Patrocínio, São José dos Pinhais, Siqueira Campos, Tamboara, Terra Boa e Tibagi.

Municípios de Pernambuco: Afrânio, Buíque, Cachoeirinha, Camaragibe, Camutanga, Canhotinho, Escada, Goiana, Ipojuca, Itambé, Jaboatão dos Guararapes, Orobó, Orocó e Ribeirão.

Municípios de Santa Catarina: Canoinhas, Joinville, Otacílio Costa, Pomerode, São Cristóvão do Sul e Tijucas.

Municípios de São Paulo: Bauru, Dois Córregos, Floreal, General Salgado, Guaraci, Indaiatuba, Itaí, Jaborandi, Jumirim, Macatuba, Monções, Ourinhos, Santa Rita D' Oeste.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 00.767.919/0001-05 MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 22/08/1995	
NOME EMPRESARIAL ACTUARIAL - ASSESSORIA E CONSULTORIA ATUARIAL LTDA					
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) ACTUARIAL				PORTE EPP	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 66.21-5-02 - Auditoria e consultoria atuarial					
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 70.20-4-00 - Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica					
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada					
LOGRADOURO R BENJAMIN CONSTANT		NÚMERO 67		COMPLEMENTO CONJ 404	
CEP 80.060-020	BAIRRO/DISTRITO CENTRO		MUNICÍPIO CURITIBA		UF PR
ENDEREÇO ELETRÔNICO KOGUT@ACTUARIAL.COM.BR			TELEFONE (41) 3322-2110/ (41) 9964-5899		
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****					
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA				DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 28/08/2004	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL					
SITUAÇÃO ESPECIAL *****				DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 30/03/2021 às 13:53:12 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:	00.767.919/0001-05
NOME EMPRESARIAL:	ACTUARIAL - ASSESSORIA E CONSULTORIA ATUARIAL LTDA
CAPITAL SOCIAL:	R\$164.000,00 (Cento e sessenta e quatro mil reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:	LUIZ CLAUDIO KOGUT
Qualificação:	49-Sócio-Administrador

Nome/Nome Empresarial:	LUIZ FERNANDO VENDRAMINI
Qualificação:	49-Sócio-Administrador

Nome/Nome Empresarial:	DANIEL VOLPE
Qualificação:	49-Sócio-Administrador

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 30/03/2021 às 13:53 (data e hora de Brasília).

MÉDIA
R\$ 46.250,00

MEDIANA
R\$ 46.250,00

MENOR
R\$ 46.250

FILTROS APLICADOS

Descrição Descrição Complementar

CONSULTORIA E ASSESSORIA - CONTABIL CONSULTORIA ATUARIAL PARA A EMISSÃO DE PARECER ATUARIAL E CONTÁBIL (PAC)

Quantidade total de registros: 2

Registros apresentados: 1 a 2

Identificação da Compra	Número do Item	Modalidade	Código do CATSERV	Descrição do Item	Descrição Complementar	Unidade de Fornecimento	Quantidade Ofertada	Valor Unitário	Fornecedor	Órgão	UASG	Data da Compra
011110/2020	00001	Dispensa de Licitação	760	CONSULTORIA E ASSESSORIA - CONTABIL		UNIDADE	1	R\$46250	MERCER HUMAN RESOURCE CONSULTING BRASILIA LTDA	SERVICO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS	806030 - SERPRO - SEDE BRASILIA	18/08/2020
01462/2020	00001	Dispensa de Licitação	760	CONSULTORIA E ASSESSORIA - CONTABIL		UNIDADE	1	R\$46250	MERCER HUMAN RESOURCE CONSULTING LTDA.	SERVICO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS	806030 - SERPRO - SEDE BRASILIA	10/09/2020

Voltar

Imprimir

**Certificado de Regularidade do
FGTS - CRF**

Inscrição: 21.681.222/0001-97
Razão Social: MELO AUDITORIA E ASSESSORIA LTDA
Endereço: RUA CAPITAO SOUZA FRANCO 848 CJ 53 / BATEL / CURITIBA / PR / 80730-420

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 20/02/2021 a 21/03/2021

Certificação Número: 2021022000554676572315

Informação obtida em 22/02/2021 08:51:57

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

Voltar

Imprimir



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 21.681.222/0001-97

Razão Social: MELO AUDITORIA E ASSESSORIA LTDA

Endereço: RUA CAPITAO SOUZA FRANCO 848 CJ 53 / BATEL / CURITIBA / PR /
80730-420

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 11/03/2021 a 09/04/2021

Certificação Número: 2021031100561286485502

Informação obtida em 25/03/2021 10:16:09

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br

Voltar

Imprimir



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 21.681.222/0001-97

Razão Social: MELO AUDITORIA E ASSESSORIA LTDA

Endereço: RUA CAPITAO SOUZA FRANCO 848 CJ 53 / BATEL / CURITIBA / PR /
80730-420

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 30/03/2021 a 28/04/2021

Certificação Número: 2021033001083998795900

Informação obtida em 12/04/2021 14:50:39

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br

Voltar

Imprimir



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 21.681.222/0001-97

Razão Social: MELO AUDITORIA E ASSESSORIA LTDA

Endereço: RUA CAPITAO SOUZA FRANCO 848 CJ 53 / BATEL / CURITIBA / PR /
80730-420

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 18/04/2021 a 15/08/2021

Certificação Número: 2021041800351699049271

Informação obtida em 04/05/2021 10:13:51

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: MELO AUDITORIA E ASSESSORIA LTDA
CNPJ: 21.681.222/0001-97

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 11:06:06 do dia 26/12/2020 <hora e data de Brasília>.

Válida até 24/06/2021.

Código de controle da certidão: **3B31.C129.C88F.8E53**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Confirmação de Autenticidade das Certidões

Resultado da Confirmação de Autenticidade da Certidão

CNPJ : 21.681.222/0001-97

Data da Emissão : 26/12/2020

Hora da Emissão : 11:06:06

Código de Controle da Certidão : 3B31.C129.C88F.8E53

Tipo da Certidão : Negativa

Certidão **Negativa** emitida em 26/12/2020, com validade até 24/06/2021.

[Página Anterior](#)



Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

Certidão Negativa
de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 023524709-37

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **21.681.222/0001-97**

Nome: **CNPJ NÃO CONSTA NO CADASTRO DE CONTRIBUINTES DO ICMS/PR**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 22/06/2021 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br

Governo do Estado do Paraná
Secretaria da
Fazenda

Informações do Documento

Certidão 023524709-37
Tipo Certidão Negativa de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual - Automática
Fornecida para o CNPJ 21.681.222/0001-97
CNPJ não consta no Cadastro de Contribuintes do ICMS/PR
Emissão 22/02/2021 08:50:25
Data de Validade 22/06/2021

Voltar

© **Secretaria da Fazenda - SEFA**
Av. Vicente Machado, 445 - Centro - 80420-902 - Curitiba - PR
[Localização](#)



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: MELO AUDITORIA E ASSESSORIA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 21.681.222/0001-97
Certidão nº: 6809275/2021
Expedição: 22/02/2021, às 08:53:01
Validade: 20/08/2021 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **MELO AUDITORIA E ASSESSORIA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **21.681.222/0001-97**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE CONTROLE FINANCEIRO
CERTIDÃO NEGATIVA DE TRIBUTOS E OUTROS DÉBITOS MUNICIPAIS

CONTRIBUINTE: **MELO ATUARIAL CALCULOS LTDA**

CNPJ: **04.624.640/0001-23**

INSCRIÇÃO MUNICIPAL: **426851-6**

ENDEREÇO: **R. CAPITÃO SOUZA FRANCO, 848 CJ 53 05 ANDAR - BIGORRILHO, CURITIBA, PR**

FINALIDADE: **CADASTRO E/OU CONCORRENCIA E/OU LICITAÇÃO**

É expedida esta **CERTIDÃO NEGATIVA DE TRIBUTOS E OUTROS DÉBITOS MUNICIPAIS**, em nome do sujeito passivo inscritos ou não em Dívida Ativa, até a presente data.

A certidão expedida em nome de Pessoa Jurídica abrange todos os estabelecimentos cadastrados no Município de Curitiba.

Certidão expedida com base no Decreto nº 670/2012, de 30/04/2012.

Esta certidão compreende os Tributos Mobiliários (Imposto sobre Serviços - ISS), Imobiliários (Imposto Predial Territorial Urbano - IPTU, Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis Inter-vivos - ITBI e Contribuição de Melhoria), Taxas de Serviços e pelo Poder de Polícia e outros débitos municipais.

CERTIDÃO Nº: **395230/2020**

EMITIDA EM: **26/12/2020**

VÁLIDA ATÉ: **24/04/2021**

CÓDIGO DE AUTENTICIDADE DA CERTIDÃO: **6A66.015E.9481.483C-2.B908.7F2A.91A0.CC4A-1**

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Prefeitura Municipal de Curitiba, na Internet, no endereço <http://www.curitiba.pr.gov.br> - link: Secretarias / Finanças.

Reserva-se a Fazenda Municipal, o direito de cobrar dividas posteriormente constatadas, mesmo as referentes a períodos compreendidos nesta.

Certidão expedida pela Internet gratuitamente.



MELO ATUARIAL CÁLCULOS LTDA
CNPJ 04.624.640/0001-23

INSTRUMENTO PARTICULAR DA 10ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL

ALFEU DE MELO, brasileiro, casado, Atuário, Contador, Economista, residente em Curitiba, Estado do Paraná, à Rua Capitão Souza Franco, 870, Apartamento 41, portadora da Carteira de Identidade nº 295.686-I da SSP/PR e CPF nº 003.589.679-53.

RICARDO CICALLELLI DE MELO, brasileiro, casado, Atuário, Contador, Tecnólogo em Processamento de Dados, residente em Curitiba, Estado do Paraná, à Rua Antonio Escorsini, 193, Casa 4, portadora da Carteira de Identidade nº 3.371.057-7 da SSP/PR e CPF nº 559.859.559-15.

Únicos sócios cotistas da **MELO ATUARIAL CÁLCULOS LTDA**, CNPJ nº 04.624.640/0001-23, registrada sob nº 4.436 de 15 de agosto de 2001, no Livro A-1, do Terceiro Registro Civil de Pessoas Jurídicas de Curitiba, resolvem promover a **DÉCIMA ALTERAÇÃO CONTRATUAL**, a saber:

A composição do capital social da empresa, passa a ser a seguinte:

Sócios	Quotas	Valor em R\$
Alfeu de Melo	1	1,00
Ricardo Cicallelli de Melo	179.999	179.999,00
Total	180.000	180.000,00

A sociedade DECLARA que o movimento da receita bruta anual da empresa não excederá ao limite fixado no inciso II (EPP) do art. 3º da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, e que não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no § 4º do art. 3º da mencionada lei.

MELO ATUARIAL CÁLCULOS LTDA - EPP
CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO

NOME - SEDE - OBJETO - DURAÇÃO

Cláusula Primeira - A sociedade tem a denominação social de **MELO ATUARIAL CÁLCULOS LTDA**, revestida na forma especial de **EMPRESA DE PEQUENO PORTE - EPP**, sendo uma sociedade simples limitada.

Cláusula Segunda - A sede e foro jurídico da Sociedade serão nesta cidade de Curitiba - Paraná, à Rua Capitão Souza Franco, 848 - 5º andar - conjunto 53, CEP 80730-420, sendo admitida à abertura e fechamento de filiais e escritórios no território nacional e internacional.

Cláusula Terceira - A sociedade tem por objeto social a:

- Prestação de Serviços inerentes à profissão de economista
- Elaboração de relatórios e notas técnicas atuariais
- Serviços técnicos de avaliação atuarial e análise de planos de previdência
- Levantamento e cadastramento do tempo de serviço passado dos servidores ativos, inativos e pensionistas dos Estados e Municípios
- Implantação do Sistema Integrado de Informações Previdenciárias - SIPREV
- Serviços de assessoria e consultoria na adequação das aposentadorias e pensões aos critérios exigidos pelos Tribunais de Contas
- Serviços de assessoria e consultoria na regularização da legislação municipal, estadual ou federal dos Regimes Próprios de Previdência Social
- Consultoria, assessoria, planejamento econômico-financeiro
- Assessoria técnica a entidades de previdência dos Municípios ou Estados, inclusive a criação de Regimes Próprios de Previdência Social
- Revisão das normas e procedimentos dos Regimes Próprios de Previdência Social
- Consultoria e assessoria e ajuizamento de ações para implantação da Compensação Previdenciária
- Treinamento para manutenção da Compensação Previdenciária
- Implantação do programa de Compensação Previdenciária
- Processamento de documentos para Compensação Previdenciária e Financeira entre os diversos sistemas
- Desenvolvimento de sistemas, recuperação e alimentação de dados, implantação, operação

12 DEZ 2014



4436/10

- Elaboração de planilhas de cálculos e atualização de valores
- Realização de Perícias Atuariais
- Realização de Auditorias
- Assessoria e Consultoria a Órgãos Públicos e Privados
- Consultoria de Valores Mobiliários
- Demais serviços na área pertinente

Cláusula Quarta – o prazo de duração da sociedade é por tempo indeterminado, tendo iniciado suas atividades a partir de 15 de agosto de 2001.

DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA

Cláusula Quinta

A responsabilidade técnica pelas realizações de serviços de consultoria de valores mobiliários da sociedade e demais serviços descritos na Cláusula Terceira será do sócio **RICARDO CICARELLI DE MELO**.

DO CAPITAL E DAS QUOTAS

Cláusula Sexta – O capital social será no valor de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais), divididos em 180.000 (cento e oitenta mil) quotas no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma subscrita e totalmente integralizada em moeda corrente, ficando assim distribuído entre os sócios:

Sócios	Quotas	Valor em R\$
Alfeu de Melo	1	1,00
Ricardo Cicarelli de Melo	179.999	179.999,00
Total	180.000	180.000,00

Cláusula Sétima – A responsabilidade dos sócios é restrita ao valor de suas quotas, e os sócios não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais.

Parágrafo Primeiro – Os sócios são obrigados ao cumprimento da forma e prazo previstos para a integralização de suas quotas, e aquele que deixar de fazê-lo deverá ser notificado imediatamente e no prazo de 30 (trinta) dias da notificação pela sociedade, responderá perante esta pelo pagamento de mora.

Parágrafo Segundo – Verificado a mora, poderá, por decisão majoritária dos demais sócios, tomarem para si ou transferirem para terceiros as quotas do sócio remisso, excluindo o primitivo titular e devolvendo-lhe o que houver pago, deduzidos os juros de mora, as prestações não cumpridas e mais despesas se houver.

Parágrafo Terceiro – A cessão total ou parcial das quotas, sem a correspondente modificação do contrato social com o consentimento dos demais sócios, não terá eficácia quanto a estes e a sociedade.

Cláusula Oitava – Cada quota corresponde a um voto nas deliberações sociais.

Cláusula Nona – Os sócios terão direito de preferência para a subscrição de quotas no aumento de capital, em proporção às que na oportunidade lhes pertencem, sendo permitido ceder tal direito, por inteiro ou parcialmente ao outro sócio, na proporção de suas respectivas participações.

Parágrafo Único – Os sócios participam dos lucros e perdas na proporção das respectivas quotas, e ficam obrigados à reposição dos lucros e das quantias retiradas, a qualquer título, mesmo aquelas autorizadas no contrato, quando tais lucros ou quantias se distribuírem com prejuízo do capital.

Cláusula Décima – Não é permitida a cessão de quotas, nem do direito de preferência à sua subscrição, a quem não fizer parte do quadro social, salvo com a permissão expressa dos sócios que representem a maioria do capital social, que sempre terão direito de preferência, na proporção de sua participação.

2º OFÍCIO DE REGISTRO
Registro de Imóveis e Documentos
Registro Civil das Pessoas Jurídicas
Rua Mar. Deodoro, 100 - Sala 504
Fone: (41) 3235-3800 - Curitiba - PR

[Handwritten signatures and initials]

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. Para verificação e detalhes da assinatura utilize o software Bfry Signer ou o verificador de sua preferência.

4436/10

12 DEZ 2014

ADMINISTRAÇÃO



Cláusula Décima-Primeira – A sociedade será administrada individualmente pelo sócio **RICARDO CICALLELLI DE MELO**, o qual será responsável individualmente pelos atos que praticar com infração de disposição legal ou violação de quaisquer cláusulas contratuais.

Parágrafo Primeiro – Observando o disposto no parágrafo seguinte, só constituirão a sociedade em obrigações para com terceiros e exonerarão estes de responsabilidade para com a sociedade os seguintes atos do sócio administrador, com uso privativo e individual da firma:

- Representações ativas e passivas, judiciais e extrajudiciais da sociedade, perante repartições públicas, semipúblicas e privadas;
- Gestão de todos os aspectos administrativos e financeiros de interesse da sociedade na consecução de seu objeto social.

Parágrafo Segundo – Os atos abaixo, poderão ser praticados pelo sócio administrador **RICARDO CICALLELLI DE MELO**, independentemente de autorização dos demais sócios.

- O uso da denominação social, sob qualquer pretexto ou modalidade, em operações ou negócios estranhos ao objeto social, ou por natureza gratuitos, especialmente a prestação de avais, endossos, fianças ou cauções de favor;
- Aprovação do balanço anual e da demonstração de lucros e perdas, bem como da política de distribuição dos lucros e assunção dos prejuízos;
- Aquisição e alienação de bens imóveis, sua oneração e hipoteca, inclusive a locação de bens de propriedade da sociedade;

Parágrafo Terceiro – A participação do sócio, na administração da sociedade, é feita sem qualquer remuneração mensal, participando somente na divisão dos resultados anuais.

Cláusula Décima Segunda – Nos quatro primeiros meses seguintes ao término de cada exercício social, os administradores são obrigados a prestar aos sócios, contas justificadas de sua administração, apresentando-lhes o inventário, bem como o balanço patrimonial e do resultado econômico.

DAS REUNIÕES

Cláusula Décima Terceira – As deliberações dos sócios serão tomadas em reunião, devendo ser convocada pelos administradores.

Parágrafo Primeiro – O anúncio de convocações para reunião será publicado por três vezes, ao menos, devendo mediar, entre a data da primeira inserção e a da realização da assembléia, o prazo mínimo de oito dias para a primeira convocação, e de cinco dias para as posteriores.

Parágrafo Segundo – As publicações serão feitas no órgão oficial do Estado ou da União, conforme o local da sede da sociedade, e em jornais de grande circulação.

Parágrafo Terceiro – Dispensa-se às formalidades de convocação previstas nos parágrafos antecedentes, quando todos os sócios comparecerem ou declararem, por escrito, estarem cientes do local, data, hora e ordem do dia.

Parágrafo Quarto – A reunião torna-se dispensável quando todos os sócios decidirem, por escrito, sobre a matéria que seria objeto dela.

Parágrafo Quinto – Realizada a reunião dos trabalhos as deliberações serão lavradas, no livro de atas de reuniões. A ata será assinada pelos sócios e as cópias da ata autenticada pelos administradores, ou pela mesa, que será apresentada ao Registro Público de Empresas Mercantis, para arquivamento e averbação.

Parágrafo Sexto – A reunião dos sócios instala-se com a presença, em primeira convocação, de titulares de no mínimo três quartos do capital social e, em seguida com qualquer número.

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Ma. Deodoro, 554
Fone: (41) 3225-3899 Curitiba - PR

[Handwritten signatures and initials]

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. Para verificação e detalhes da assinatura utilize o software BRFy Signer ou o verificador de sua preferência.

**DAS DELIBERAÇÕES DOS SÓCIOS**

Cláusula Décima Quarta – Depende da deliberação dos sócios, além de outras matérias indicadas na lei ou no contrato.

- a) Aprovação de contas da administração;
- b) A designação dos administradores, quando feita em ato separada;
- c) A destituição dos administradores;
- d) O modo de sua remuneração, quando não estabelecido no contrato;
- e) A modificação do contrato social;
- f) A incorporação, a fusão e a dissolução da sociedade, ou a cessação do estado de liquidação;
- g) A nomeação e destituição dos liquidantes e o julgamento das suas contas;
- h) O pedido de concordata;

Parágrafo Primeiro – As deliberações dos sócios serão tomadas:

- a) Pelos votos correspondentes, no mínimo, a três quartos do capital social, nos casos previstos nas letras "e" e "f";
- b) Pelos votos correspondentes a mais de metade do capital social, nos casos previstos nas letras "b", "c", "d" e "h";
- c) Pela maioria dos presentes, nos demais casos previstos no contrato ou na lei.

Parágrafo Segundo – As deliberações serão tomadas por maioria de votos, contados segundo o valor da quota de cada um.

Parágrafo Terceiro – As deliberações tomadas de conformidade com o presente contrato e ao amparo da lei vinculam todos os sócios, ainda que ausentes ou dissidentes.

EXERCÍCIO SOCIAL

Cláusula Décima Quinta – O exercício social coincidirá com o ano civil, encerrando-se em 31 de dezembro.

Parágrafo Primeiro – Ao término de cada exercício social será levantado, balanço e apurado o resultado, os lucros serão distribuídos aos sócios, ou os prejuízos suportados por estes, na proporção de suas quotas, admitidas à capitalização dos lucros e a constituição de reservas, através de decisão dos sócios.

Parágrafo Segundo – Anualmente haverá reunião dos sócios para: a) tomar as contas dos administradores e deliberar sobre o balanço patrimonial e o de resultado econômico; b) designar administradores, quando for o caso; c) tratar de qualquer outro assunto constante na ordem do dia.

Parágrafo Terceiro – Da votação das contas e balanço não poderão fazer parte os administradores que não detenham participação na sociedade.

CONTINUAÇÃO DA SOCIEDADE – RETIRADA, MORTE OU EXCLUSÃO DE SÓCIOS

Cláusula Décima Sexta – O falecimento, incapacidade ou insolvência de qualquer sócio não dissolverá necessariamente a sociedade, ficando os herdeiros e seus sucessores sub-rogados nos direitos e obrigações do "de cujus", podendo nela fazer-se representar, enquanto indiviso o quinhão respectivo, por dentre eles, devidamente credenciado pelos demais.

Parágrafo Primeiro – Apurados por balanço, os haveres do sócio falecido serão pagos em vinte e quatro prestações iguais e mensais vencendo-se a primeira noventa dias depois de apresentadas à sociedade autorização judicial que permita formalizar-se inteiramente a operação, inclusive o Registro do Comércio.

Parágrafo Segundo – Fica, entretanto facultada, mediante unanimidade entre os sócios e herdeiros outras condições de pagamento, desde que não afetem a situação econômica financeira da sociedade.

3º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mai. Deodoro, 544
Fone: (41) 5235-3295 - Curitiba - PR

C
M
RM

4436/10

12 DEZ 2014



Parágrafo Terceiro – Mediante acordo entre os sócios “supérstites”, os herdeiros poderão ingressar na sociedade, caso não haja impedimento legal quanto a sua capacidade jurídica.

Cláusula Décima Sétima – Cabe ao sócio que desejar ceder suas quotas ou retirar-se da sociedade comunicar aos demais, por escrito com prazo mínimo de 60 (sessenta) dias, garantindo aos sócios remanescentes o direito de preferência na aquisição das mesmas, na proporção de suas respectivas participações.

Parágrafo Único – Se algum dos sócios usar do direito de preferência, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após o recebimento do aviso de que trata este artigo, tem o sócio cedente à liberdade de transferir as suas quotas a terceiros.

Cláusula Décima Oitava – Pode ser excluído, quando a maioria dos sócios, representando mais da metade do capital social, entender que um ou mais sócios esteja pondo em risco a continuidade da empresa, em virtude de atos graves e que configurar justa causa.

Parágrafo Primeiro – A exclusão somente poderá ser determinada em reunião especialmente convocada para este fim, ciente o acusado em tempo hábil para permitir seu comparecimento e o exercício do direito de defesa.

Parágrafo Segundo – Será também de pleno direito excluído da sociedade o sócio declarado falido, ou aquele cujas quotas tenham sido liquidadas para o pagamento de credor particular do sócio.

Parágrafo Terceiro – No caso de retirada, morte ou exclusão de sócios ou dissolução de sociedade, o valor das quotas, considerada pelo montante efetivamente realizado, liquidar-se-á com base na situação patrimonial da sociedade, verificada em balanço especialmente levantado, à data da resolução, e seus haveres lhe serão pagos em 12 (doze) parcelas iguais, mensais e sucessivas, vencendo a primeira 30 (trinta) dias após a apuração do valor.

Parágrafo Quarto – Podem os sócios remanescentes suprir o valor da quota.

Cláusula Décima Nona – A retirada, exclusão ou morte do sócio, não o exime, ou a seus herdeiros, da responsabilidade pelas obrigações sociais anteriores, até dois anos depois de averbada a resolução da sociedade.

DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula Vigésima – As alterações contratuais, observando o disposto nos parágrafos desta cláusula, em qualquer amplitude, inclusive para aumentar o capital, dependerão unicamente de deliberação de sócios quotistas que representem a maioria do capital social.

Cláusula Vigésima Primeira – Os administradores declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

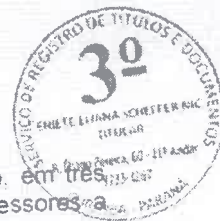
Cláusula Vigésima Segunda – Os casos omissos no presente instrumento serão tratados pelo que regula o Capítulo I, Subtítulo II do Livro II da Lei 10.406/02 – Código Civil, e de forma supletiva pelas normas das sociedades anônimas.

Cláusula Vigésima Terceira – Os sócios elegem o foro da Comarca da Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, para nele serem dirimidas quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato Social.

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 222 - Sala 604
Fono: (41) 3225-3305 - Curitiba - PR

C
of
M
REN

4436/10
12 DEZ 2014



Estando assim ajustados, firmam o presente instrumento perante as testemunhas abaixo, em três vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumpri-lo por si e por seus herdeiros e sucessores qualquer título.

Curitiba, 10 de dezembro de 2014

7º TABELÃO

RICARDO CICARELLI DE MELO

7º TABELÃO

ALFEU DE MELO

Testemunhas:

APARECIDA NEIVE DE MELO
RG 610.749-SSP/PR

JOSELI FATIMA FONTANA
RG 4.222.413-8 - SSP/PR

VISTO

ALFEU CICARELLI DE MELO
OAB PR 49.213



SERVIÇO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
E CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS

Rua Eriberto Pavesi, 60 - 21º andar - conj. 1105 - Fone (41) 3235-2201 - CEP 81.410-903 - Curitiba - PR
Eneide Eliana Scheffer Nix - Titular
E-mail: eneidex@curitiba.pr.gov.br

Selo: dQw8n . vx3Hk . YjTgt - Bec8U . 7E7F

Consulte esse selo em <http://funarpen.com.br>

Aportado nesta data sob nº 17867 do Protocolo "A7"
Inscrito sob nº 4436/10 do livro "A10" de Pessoas Jurídicas
Curitiba, 12 de dezembro de 2014

Substituto: Rozilda Braga Ribeiro - Marcos Aurelio Peressut
Claudia M.S.N. Assumpcao

7º TABELÃO - DR. ANGELO VOLPI NETO
R. Mal Teodoro, 230, Centro F: 3094-7100
CURITIBA - PARANÁ

Reconheço e dou fé por SEMELHANÇA a(s)
firma(s) supra-assinada(s) de:
[LIVRO 202] - RICARDO CICARELLI DE MELO...
[LIVRO 412] - ALFEU DE MELO...
Nº: 116cc - 9vY73 - 2x3PA - T4jge - h7P
SELO DIGITAL: WAL.FUNARPEN.COM.BR

Em testemunho da verdade
Curitiba, 10 de Dezembro de 2014

182-DANIELE BERNARDI SILVA
ESCREVENTE
SINAL PÚBLICO EM WAL.CENSEC.ORG.BR

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Teodoro, 230 - Sala 504
Fone: (41) 3235-2201 - Curitiba - PR

MUNICÍPIO DE INAJÁ
FLS. 39 / VISTO

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
Para verificação e detalhes da assinatura utilize o software BR/Signer ou o verificador de sua preferência.


REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CARTEIRA DE IDENTIDADE PROFISSIONAL
CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE
DO ESTADO DO PARANÁ

 CATEGORIA CONTADOR NOME RICARDO CICARELLI DE MELO	Nº DO REGISTRO PR-04205510-9
--	---------------------------------

FILIAÇÃO
ALFEU DE MELO
APARECIDA NEIVE DE MELO


 ASSINATURA DO PROFISSIONAL



NASCIMENTO	NACIONALIDADE	NATURALIDADE
05/03/1984	BRASILEIRA	LOMBRINA-PR
DEPLAÇÃO	CPF	RG
22/01/1987	009.800.559-15	3.371.057-7 SSP-PR
TÍTULO	TÍTULO EXPEDIDO (OU DECL. DE PROFISSIONALISMO)	
EXERCÍCIO DE FUNÇÕES	FUNÇÃO DE SERVIÇOS PÓS-PROFISSIONAL	

Esta carteira tem fe pública com o documento de identidade, nos termos do art. 18 da Lei nº 9.296/95, c/c art. 1º da Lei nº 8.205/91.


 Luciano Lacheta
 PRESIDENTE DO CRC

VALIDA EM TODOS OS TERRITÓRIOS NACIONAIS

ESTADO DO PARANÁ
CAIXA DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES DE INAJÁ

Folha: 1/2

CNPJ: 76.970.318/0001-67
AVENIDA ANTONIO VEIGA MARTINS, 80
C.E.P.: 87670-000 - Inajá - PR

SOLICITAÇÃO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Excelentíssimo(a) PRESIDENTE

No uso das atribuições de meu cargo, venho respeitosamente requerer que Vossa Excelência autorize a abertura de procedimento licitatório conforme especificações relacionadas abaixo. A existência de recursos orçamentários foi confirmada pelo parecer contábil expedido pelo setor de contabilidade, estando tudo de acordo com a legislação em vigor.

OBJETO DA LICITAÇÃO: AQUISICAO DE SERVICOS EM AVALIACAO DO CALCULO ATUARIAL DO ULTIMO EXERCICIO FINANCEIRO. COM MAPA E DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS E PROJECOES DE RECEITAS E DESPESAS, NO ATENDIMENTO A LEI DE DIRETRIZES ORCAMENTARIAS

Processo Adm. nº: 1/2021 **Modalidade:** Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
Forma de Julgamento: MENOR PREÇO
Forma Pgto. / Reajuste: CONFORME CONTRATO DE FORNECIMENTO / NAO HAVERA
Prazo Entrega/Exec.: CONFORME PROPOSTA COMERCIAL
Local de Entrega: CAIXA DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE INAJÁ -
Urgência: IMEDIATA
Vigência: 12 MESES
Observações:

Convidados:

DOTAÇÕES QUE SERÃO UTILIZADAS:

1-CAIXA DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES DE INAJÁ

Despesa	Código da Dotação	Descrição da Dotação	Compl. do Elemento	Valor Previsto
5	20.01.2.021.3.3.90.39.00.00.00.00	PREVIDENCIA SOCIAL AOS SERVIDORES	3.3.90.39.79.00.00.00	5.000,00
Fonte de Recurso : 1 - Recursos do Tesouro (Descentralizados)				
Total previsto:				5.000,00

ITENS:

Item	Quantidade	Unid.	Descrição	Preço Unit. Máximo	Total Previsto
1	1.000	UN	AVALIACAO ATUARIAL - EXERCICIO DE 2020 - COM DEMONSTRATIVO E MAPA DE RESULTADOS E PROJECOES DE RECEITAS E DESPESAS - COM PLANO DE AMORTIZACAO DE DEFICIT - NO ATENDIMENTO A LEI DE DIRETRIZES ORCAMENTARIAS	4.000,0000	4.000,00
Total Geral ----->				4.000,0000	4.000,00

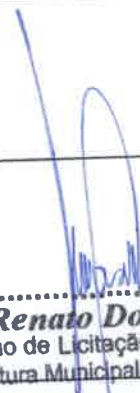
Inajá, 25 de Março de 2021.

MUNICÍPIO DE INAJÁ
FLS. 41 / VISTO

ESTADO DO PARANÁ
CAIXA DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES DE INAJÁ

CNPJ: 76.970.318/0001-67
AVENIDA ANTONIO VEIGA MARTINS, 80
C.E.P.: 87670-000 - Inajá - PR

Inajá, 25 de Março de 2021.


.....
Renato Do Valle
Divisão de Licitação e Compras
Prefeitura Municipal de Inajá - PR

AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO

O(a) PRESIDENTE, HELIO RODRIGUES DE JESUS, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor e suas alterações legais, resolve:

01 - Autorizar a abertura do Processo Administrativo de Licitação Nº 1/2021, na modalidade de Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços.

Inajá, 25 de Março de 2021.


.....
HELIO RODRIGUES DE JESUS
PRESIDENTE

ESTADO DO PARANÁ
CAIXA DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES DE INAJÁ

CNPJ: 76.970.318/0001-67
 AVENIDA ANTONIO VEIGA MARTINS, 80
 C.E.P.: 87670-000 - Inajá - PR

AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO

O(a) Presidente, HELIO RODRIGUES DE JESUS, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor e suas alterações legais, resolve:

01 - Autorizar a abertura do presente processo administrativo de licitação, assim identificado:

A - Processo Nr.: 1/2021
B - Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
C - Forma de Julgamento: MENOR PREÇO
D - Forma Pgto./ Reajuste: CONFORME CONTRATO DE FORNECIMENTO / NAO HAVERA
E - Prazo Entrega/Exec.: CONFORME PROPOSTA COMERCIAL
F - Local de Entrega: CAIXA DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE INAJÁ
G - Urgência: IMEDIATA
H - Vigência: 12 MESES
I - Objeto da Licitação: AQUISICAO DE SERVICOS EM AVALIACAO DO CALCULO ATUARIAL DO ULTIMO EXERCICIO FINANCEIRO, COM MAPA E DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS E PROJECOES DE RECEITAS E DESPESAS, NO ATENDIMENTO A LEI DE DIRETRIZES ORCAMENTARIAS

J - Observações:

K - Convidados:

02 - Indicação de Recursos - Dotação Orçamentária:

1-CAIXA DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES DE INAJÁ

Despesa	Código da Dotação	Descrição da Dotação	Compl. do Elemento	Valor Previsto
5	20.01.2.021.3.3.90.39.00.00.00.00	PREVIDENCIA SOCIAL AOS SERVIDORES	3.3.90.39.79.00.00.00	5.000,00
Fonte de Recurso : 1 - Recursos do Tesouro (Descentralizados)			Total Previsto :	5.000,00

Inajá, 25 de Março de 2021.

MUNICÍPIO DE INAJÁ
 FLS. 48 / VISTO

**CAIXA DE ASSIST. E PREV. DOS SERVIDORES
MUNICÍPIO DE INAJÁ CNPJ 01.620.229/0001-91**

Avenida Antônio Veiga Martins, 80 – Centro – CEP 87.670-000
Fone: (44) 3440-1221 – E-mail: prefeitura@inaja.pr.gov.br

De: Comissão Permanente de Licitação

Para: Departamento Jurídico

Em: 25/03/2021

Assunto: ELABORAÇÃO AVALIAÇÃO DO CALCULO ATUARIAL 2020.

Tendo a comissão permanente de licitação recebido solicitação do Caixa de Assistência e previdência dos Servidores do Município de Inajá para Contratação de empresa ESPECIALIZADA EM ELABORAÇÃO DA AVALIAÇÃO DO CALCULO ATUARIAL 2020, solicitamos deste departamento a indicação da modalidade de licitação a ser utilizada, bem como informações sobre os termos editalício.

Na certeza de vosso pronto atendimento

Atenciosamente



Alvaro Cezar de Assis

Comissão da CPL

Departamento Jurídico:

Recebi a solicitação da Comissão

Permanente de Licitação em:

25/03/2021



Dra. Zeille Maria de Oliveira

Procuradora Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ
ESTADO DO PARANÁ

C.N.P.J. N.º 76.970.318/0001-67

Av. Antonio Veiga Martins, 80 - Centro - Telefax (44) 3440-1221 - CEP 87.670-000
E-mail pminaja@uol.com.br

PARECER JURÍDICO

Órgão Solicitante: Comissão Permanente de Licitação/Pregoeiro.

Órgão(s) Interessado(s): Comissão Permanente de Licitação/Pregoeiro. Presidente do Caixa de Assistência e Previdência dos Servidores do Município de Inajá.

Assunto: Procedimento administrativo de contratação/aquisição.

EMENTA: Licitação. Dispensa Art. 24, II, Lei 8.666/93. Possibilidade.

I. DOS FATOS

Trata-se de pedido de parecer sobre procedimento de dispensa de licitação para “contratação de empresa especializada na prestação de serviços de elaboração da avaliação do cálculo atuarial 2020”, considerando o valor do menor dos orçamentos colhidos R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), nos termos dos documentos que acompanham a solicitação do Presidente do Caixa de Previdência.

A justificativa baseia-se no valor da contratação (Lei 8.666/93, art. 24, II) e encontra-se anexada ao procedimento com a afirmação de que, a elaboração da avaliação do cálculo atuarial, é necessária para que RPPS do Município se mantenha equilibrado.

As despesas estão previstas na rubrica 20.01.2.021, elemento de despesa 3.3.90.39.00.00.00.00, fonte 1000 com saldo informado de R\$ 36.064,00 (trinta e seis mil, e sessenta e quatro reais), segundo informação contábil, cumprido, portanto, o requisito orçamentário.

É o breve relatório. Passo a opinar.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ
ESTADO DO PARANÁ

C.N.P.J. N.º 76.970.318/0001-67

Av. Antonio Veiga Martins, 80 - Centro - Telefax (44) 3440-1221 - CEP 87.670-000

E-mail pminaja@uol.com.br

Primeiramente, cumpre destacar que o presente parecer é emitido para os fins do disposto do parágrafo único do artigo 38 da Lei nº 8.666/93, ou seja, para a exclusiva análise da minuta de edital e minuta do contrato.

Art. 38 – [...]

Parágrafo único. As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração.
(Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

Ou seja, compete à assessoria/procuradoria jurídica, no âmbito de licitações e contratos administrativos, prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe cabendo adentrar em aspectos relativos à conveniência e oportunidade da prática dos atos administrativos, que estão reservados à esfera discricionária do administrador público legalmente competente, tampouco examinar questões de natureza eminentemente técnica, administrativa e/ou financeira, salvo hipóteses teratológicas.

Esses limites de atuação se justificam em razão do princípio da deferência técnico-administrativa¹, que desautoriza opinião jurídica sobre questões sem conteúdo estritamente

¹ BRASIL. Supremo Tribunal de Justiça. RESP nº 1.171.688. Relator: Mauro Campbell Marques. Disponível em: https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ATC&sequencial=10502654&n_registro=200902425347&data=20100623&tipo=5&formato=PDF. Acesso em: 04 fev. 2014.

RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES RECORRENTE : TIM CELULAR S/A ADVOGADA : ADRIANA VIEIRA DE RESENDE E OUTRO(S) RECORRIDO : GLOBAL VILLAGE TELECOM LTDA GVT ADVOGADO : TERCIO SAMPAIO FERRAZ JUNIOR E OUTRO(S) INTERES. : AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL - "AMICUS CURIAE" PROCURADOR : PROCURADORIA-GERAL FEDERAL - PGF INTERES. : CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA - CADE - "AMICUS CURIAE" ADVOGADO : PROCURADORIA-GERAL FEDERAL - PGF EMENTA PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. OFENSA AO ART. 535 DO CPC. INEXISTÊNCIA. VIOLAÇÃO AO ART. 267, § 3º, DO CPC. INOCORRÊNCIA. PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO. TELECOMUNICAÇÕES. INTERCONEXÃO. VALOR DE USO DE REDE MÓVEL (VU-M). DIVERSAS ARBITRAGENS ADMINISTRATIVAS LEVADAS A CABO PELA ANATEL. DECISÃO ARBITRAL PROFERIDA EM CONFLITO ENTRE PARTES DIFERENTES, MAS COM O MESMO OBJETO. MATÉRIA DE ALTO GRAU DE DISCRICIONARIEDADE TÉCNICA. EXTENSÃO DA DECISÃO ADMINISTRATIVA ÀS HIPÓTESES QUE ENVOLVEM OUTRAS OPERADORAS DE TELEFONIA. DEVER DO JUDICIÁRIO. PRINCÍPIOS DA DEFERÊNCIA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, DA EFICIÊNCIA E DA ISONOMIA. EVITAÇÃO DE DISTORÇÕES CONCORRENCIAIS. REVISÃO DA EXTENSÃO DA LIMINAR DEFERIDA NO PRESENTE CASO.



PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ
ESTADO DO PARANÁ

C.N.P.J. N.º 76.970.318/0001-67

Av. Antonio Veiga Martins, 80 - Centro - Telefax (44) 3440-1221 - CEP 87.670-000

E-mail pminaja@uol.com.br

jurídico², ou seja, não deve o órgão jurídico emitir manifestações conclusivas sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade³.

Dessa forma, o processo será analisado em seu aspecto forma, considerando as disposições legais aplicáveis.

Iniciado o processo administrativo de compra/contratação, foi eleita a modalidade dispensa de licitação tendo em vista o valor a ser contratado não ultrapassar o montante estabelecido no artigo 24, II da Lei 8.666/93.

De fato, as hipóteses de dispensa de licitação estão arroladas taxativamente no artigo 24 da Lei nº 8.666/93, dentre as quais, a dispensa em razão do valor, conforme inciso II, aplicável ao objeto do presente caso:

Art. 24. É dispensável a licitação:

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998)

O valor limite para dispensa que era de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) foi alterado para R\$ 17.600,00 (dezesete mil e seiscentos reais), em decorrência da entrada em vigor em 19/07/2018 do Decreto 9.412/2018⁴ baixado pelo Presidente da República, que teve como objetivo atualizar os valores estabelecidos no artigo 23, I e II da Lei 8.666/93.

Assim, o valor limite para a dispensa de licitação até o momento é de R\$ 17.600,00, superior aos valores indicados nos orçamentos que instruem o procedimento.

² Sobretudo em matérias técnicas e nas quais houve um eficiente debate em consultas e audiências públicas, o Judiciário tem buscado preservar a decisão da agência, desde que razoável. O Judiciário não pode substituir a interpretação razoável da agência reguladora pela sua, por que também seja plausível. Trata-se do Princípio da Deferência do Poder Judiciário para com as decisões administrativas. (ARAGÃO, Alexandre Santos de. Agências Reguladoras e a Evolução do Direito Administrativo Econômico, 2. ed., Rio de Janeiro: Forense, 2003, p. 442.)

³ Aliás, esse tema foi transformado em enunciado pela AGU. Disponível em: <http://www.agu.gov.br/page/download/index/id/37931611>

⁴ Art. 1º – Os valores estabelecidos nos incisos I e II do caput do art. 23 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, ficam atualizados nos seguintes termos:

I – para obras e serviços de engenharia:

a) na modalidade convite – até R\$ 330.000,00 (trezentos e trinta mil reais);
b) na modalidade tomada de preços – até R\$ 3.300.000,00 (três milhões e trezentos mil reais); e
c) na modalidade concorrência – acima de R\$ 3.300.000,00 (três milhões e trezentos mil reais); e

II – para compras e serviços não incluídos no inciso I:

a) na modalidade convite – até R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais);
b) na modalidade tomada de preços – até R\$ 1.430.000,00 (um milhão, quatrocentos e trinta mil reais); e
c) na modalidade concorrência – acima de R\$ 1.430.000,00 (um milhão, quatrocentos e trinta mil reais).



PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ
ESTADO DO PARANÁ

C.N.P.J. N.º 76.970.318/0001-67

Av. Antonio Veiga Martins, 80 - Centro - Telefax (44) 3440-1221 - CEP 87.670-000

E-mail pminaja@uol.com.br

Trata-se de pedido de contratação de empresa especializada na elaboração da avaliação do cálculo atuarial, para que RPPS do Município se mantenha equilibrado. O interesse público está registrado.

E, havendo disponibilidade de recursos financeiros, a dispensa de licitação pode ser realizada porque o valor é adequado à autorização legislativa.

Sobre o procedimento, o artigo 26 apresenta algumas peculiaridades que devem ser observadas:

Art. 26. As dispensas previstas nos §§ 2º e 4º do art. 17 e no inciso III e seguintes do art. 24, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8º desta Lei deverão ser comunicados, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos. (Redação dada pela Lei nº 11.107, de 2005)

Parágrafo único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

- I - caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso;
- II - razão da escolha do fornecedor ou executante;
- III - justificativa do preço.
- IV - documento de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados. (Incluído pela Lei nº 9.648, de 1998)

Assim, a Comissão de Licitação deverá emitir declaração indicando a razão da escolha do fornecedor e a justificativa de preço, conforme determinado no parágrafo único do artigo 26, acima transcrito.

Quanto à documentação, é imprescindível a cotação de preços, por meio de orçamentos que indiquem o preço de mercado, os quais já constam do procedimento, bem como a justificativa de contratação, declaração de adequação da despesa e declaração de disponibilidade financeira.

Em relação à licitante a ser contratada, deve ela apresentar os seguintes documentos imprescindíveis: comprovante de inscrição no CNPJ e contrato social, Certidão Conjunta Negativa de Tributos Federais (inclusive INSS), Certificado de Regularidade do FGTS, registro cadastral (se for o caso), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e outros documentos necessários para comprovação de regularidade, tais como licenças obrigatórias, entre outros; todos eles com validade para esse procedimento. Em se tratando de pessoa física, deve ser apresentada cópia de documentos pessoais, prova de inscrição e regularidade no órgão de classe, se for o caso e prova de capacidade técnica. No entanto, verificando-se o vencimento de qualquer das Certidões dentro do



PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ
ESTADO DO PARANÁ

C.N.P.J. N.º 76.970.318/0001-67

Av. Antonio Veiga Martins, 80 - Centro - Telefax (44) 3440-1221 - CEP 87.670-000

E-mail pminaja@uol.com.br

prazo de vigência do procedimento e/ou do contrato, as mesmas deverão ser renovadas por parte de contratada, por meio de solicitação da Comissão Permanente de Licitação.

Todos os documentos devem ser conferidos pela Comissão de Licitação, especialmente as certidões que forem emitidas pela Internet, as quais oferecem código de certificação e/ou conferência, justamente para essa análise, devendo esse ato de "conferência" ser consignado nos autos do procedimento.

É importante também que nos documentos elaborados pela Comissão de Licitação, seja na declaração de dispensa, seja em ato próprio, conste a necessidade ou não de elaboração de contrato administrativo, o qual é dispensado nos casos previstos no artigo 62, da Lei 8.666/93, *in verbis*:

Art. 62. O instrumento de contrato é obrigatório nos casos de concorrência e de tomada de preços, bem como nas dispensas e inexigibilidades cujos preços estejam compreendidos nos limites destas duas modalidades de licitação, e facultativo nos demais em que a Administração puder substituí-lo por outros instrumentos hábeis, tais como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço.

§ 1º A minuta do futuro contrato integrará sempre o edital ou ato convocatório da licitação.

§ 2º Em "carta contrato", "nota de empenho de despesa", "autorização de compra", "ordem de execução de serviço" ou outros instrumentos hábeis aplica-se, no que couber, o disposto no art. 55 desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

§ 3º Aplica-se o disposto nos arts. 55 e 58 a 61 desta Lei e demais normas gerais, no que couber:

I - aos contratos de seguro, de financiamento, de locação em que o Poder Público seja locatário, e aos demais cujo conteúdo seja regido, predominantemente, por norma de direito privado;

II - aos contratos em que a Administração for parte como usuária de serviço público.

§ 4º É dispensável o "termo de contrato" e facultada a substituição prevista neste artigo, a critério da Administração e independentemente de seu valor, nos casos de compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive assistência técnica.

A contratação direta também é um procedimento licitatório, que deve conter além das exigências específicas do artigo 26 já mencionado, os requisitos gerais previstos no caput do artigo 38 da Lei 8.666/93, *in verbis*:

Art. 38. O procedimento da licitação será iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa, e ao qual serão juntados oportunamente:



PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ
ESTADO DO PARANÁ

C.N.P.J. N.º 76.970.318/0001-67

Av. Antonio Veiga Martins, 80 - Centro - Telefax (44) 3440-1221 - CEP 87.670-000

E-mail pminaja@uol.com.br

Deve observar os princípios gerais das licitações e contratos, estar acompanhado de cópia do documento de nomeação da Comissão Permanente de Licitação, ser rubricado em todas as folhas. E o resumo do procedimento deverá ser publicado na imprensa oficial, na primeira edição subsequente à finalização do presente procedimento.

Analisando-se o conteúdo do procedimento, até o presente momento, verifica-se estar formalmente regular para que possa cumprir seu objetivo, garantindo-se a observância do princípio constitucional da isonomia, criando condições de processar a licitação de conformidade com os princípios básicos da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade e moralidade administrativa, estabelecidos no art. 37, *caput*, da Constituição Federal, que regem as atividades administrativas.

Destacamos que após os trâmites procedimentais compete à autoridade competente a aprovação do procedimento.

3. DA CONCLUSÃO.

Diante do exposto, essa assessoria, opina pela possibilidade de realização do procedimento contratação direta por dispensa de licitação conforme fundamentação acima, competindo a decisão de contratação e homologação do certamente exclusivamente à autoridade administrativa competente.

Esse é, s.m.j., o parecer que submeto à análise superior para deliberação.

Inajá-PR, 26 de março de 2021.


Zeille Maria de Oliveira
Procuradora Municipal

ESTADO DO PARANÁ
CAIXA DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES DE INAJÁ

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Total dos Itens Vencedores: 4.000,00

Processo / Ano: 1/2021
Processo Administrativo: 1/2021
Licitação.....: 1/2021 - DL
Modalidade.....: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
Objeto.....: AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS EM AVALIAÇÃO DO CÁLCULO ATUARIAL DO ÚLTIMO EXERCÍCIO FINANCEIRO, COM MAPA E DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS E PROJEÇÕES DE RECEITAS E DESPESAS, NO ATENDIMENTO À LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 1	-	17	-	-	-	-	-	-
22	MELO AUDITORIA E ASSESSORIA LTDA		1,000	0,0000	4.000,0000	4.000,00	Venceu	1 *****

Item.....: 1 - 17 - AVALIAÇÃO ATUARIAL - EXERCÍCIO DE 2020 - Unidade: UN

Inajá, Em

RENATO RAFAEL DIOGO DO VALLE -
ALVARO CEZAR DE ASSIS -
DIEGO RAFAEL FLORIPES DE SOUZA -

- Presidente da Comissão
- VICE-PRESIDENTE
- SECRETÁRIO

MUNICÍPIO DE INAJÁ
FLS. 51 / VISTO

ESTADO DO PARANÁ
CAIXA DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES DE INAJA

CNPJ: 76.970.318/0001-67
AVENIDA ANTONIO VEIGA MARTINS, 80
C.E.P.: 87670-000 - Inajá - PR

DISPENSA DE LICITAÇÃO

Nr.: 1/2021 - DL

Processo Administrativo: 1/2021
Processo de Licitação: 1/2021
Data do Processo: 06/05/2021

Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Presidente, HELIO RODRIGUES DE JESUS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 1/2021
b) Licitação Nr.: 1/2021-DL
c) Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
d) Data Homologação: 06/05/2021
e) Objeto da Licitação: AQUISICAO DE SERVICOS EM AVALIACAO DO CALCULO ATUARIAL DO ULTIMO EXERCICIO FINANCEIRO, COM MAPA E DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS E PROJECOES DE RECEITAS E DESPESAS, NO ATENDIMENTO A LEI DE DIRETRIZES ORCAMENTARIAS

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação)

Unid.	Quantidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
-------	------------	------------	----------------	---------------

MELO AUDITORIA E ASSESSORIA LTDA (22)

- 1 AVALIACAO ATUARIAL - EXERCICIO DE 2020 - COM DEMONSTRATIVO E MAPA DE RESULTADOS E PROJECOES DE RECEITAS E DESPESAS - COM PLANO DE AMORTIZACAO DE DEFICIT - NO ATENDIMENTO A LEI DE DIRETRIZES ORCAMENTARIAS

UN	1,00	0,0000	4.000,00	4.000,00
----	------	--------	----------	----------

Total do Fornecedor: 4.000,00

Total Geral: 4.000,00

Inajá, 6 de Maio de 2021.

09-05

MUNICÍPIO DE INAJÁ
FLS. 56 / VISTO

**CAIXA DE ASSIST. E PREV. DOS SERVIDORES
MUNICÍPIO DE INAJÁ CNPJ 01.620.229/0001-
91 – ESTADO DO PARANÁ-**

Avenida Antônio Veiga Martins, 80 – Centro – CEP
87.670-000 Fone: (44) 3440-1221 – E-mail:
prefeitura@inaja.pr.gov.br

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 001/2021
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2021**

INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO CELEBRADO ENTRE CAIXA DE ASSISTENCIA E PREVIDENCIA DOS SERVIDORES MUNICIPIO DE INAJÁ – PR (CPASMI), E A EMPRESA- MELO AUDITORIA E ASSESSORIA LTDA, NOS TERMOS DO PROCESSO LICITATÓRIO NA MODALIDADE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 001/2021 de 06/05/2021.

CONTRATANTE: CAIXA DE ASSISTENCIA E PREVIDENCIA DOS SERVIDORES DO MUNICIPIO DE INAJÁ – PR.(CPASMI), com endereço a Av. Antônio Veiga Martins, Nº 80/82, Centro, inscrita sob o CNPJ Nº 01.620.229/0001-91, pessoa jurídica de direito público interno, representada neste ato pelo Senhor HELIO RODRIGUES DE JESUS – PRESIDENTE CPASMI, casado, portador do RG Nº 5.830.006-3-SSP/PR e CPF Nº 894.443.459-04, residente e domiciliado na RUA SANTA SOFIA, Nº S/N, CENTRO, neste município.

CONTRATADA: MELO AUDITORIA E ASSESSORIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF Nº 21.681.222/0001-97, situada na RUA CAPITÃO SOUZA FRANCO, Nº 484, BATEL- CEP- 80.730-420- CURITIBA -PR, neste ato, representada pelo Sr. RICARDO CICARELLI DE MELO - RG Nº 3.371.057-7 SSP-PR, CPF – 559.859.559-15- SÓCIO-ADMINISTRADOR da empresa..

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM AVALIAÇÃO DO CALCULO ATUARIAL DO ULTIMO EXERCICIO FINANCEIRO, COM MAPA DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS E PROJEÇÕES DE RECEITAS E DESPESAS, NO ATENDIMENTO A LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS, CONFORME ITEM E QUANTIDADE EM ANEXO:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT.	VALOR UNIT- BRUTO	VALOR TOTAL - BRUTO
01	AVALIAÇÃO ATUARIAL - EXERCICIO DE 2020 - COM DEMONSTRATIVO E MAPA DE RESULTADOS E PROJEÇÕES DE RECEITAS E DESPESAS - COM PLANO DE AMORTIZAÇÃO DE DEFICIT - NO ATENDIMENTO A LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS	UNID	01	4.000,00	4.000,00
TOTAL					4.000,00

Parágrafo único - Ficam integrados a este Contrato, os seguintes documentos cujos teores são de conhecimento da CONTRATADA: Proposta de preço, Parecer Jurídico e legislação pertinente.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR:

O valor total referente a DISPENSA DE LICITAÇÃO DE LICITAÇÃO Nº 001- 2021, é de R\$ 4.000,00 (QUATRO MIL REAIS).

**CAIXA DE ASSIST. E PREV. DOS SERVIDORES
MUNICÍPIO DE INAJÁ CNPJ 01.620.229/0001-
91 – ESTADO DO PARANA-**

Avenida Antônio Veiga Martins, 80 – Centro – CEP
87.670-000 Fone: (44) 3440-1221 – E-mail:
prefeitura@inaja.pr.gov.br

CLÁUSULA TERCEIRA – DA FORMA DE PAGAMENTO:

O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias após a entrega do objeto, através de nota fiscal emitido pela CONTRATADA ou sua representante a partir da data de assinatura deste, com comprovação fiscal e trabalhista.

Ocorrerá por conta da seguinte dotação orçamentária:

- 20.01.2.021 33.90.39.00.00.00.00 - 1000- R\$ 36.064,00

Parágrafo primeiro: Ficando a CONTRATADA temporariamente impossibilitada, total ou parcialmente de cumprir seus deveres e responsabilidades relativos ao presente, deverá esta, comunicar e justificar o fato, por escrito, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, para que, a CONTRATANTE tome as providências cabíveis.

Parágrafo segundo: Sobre as práticas fraudulentas e de corrupção, para os propósitos desta, definem-se as seguintes práticas:

- a) “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do contrato;
- c) “prática colusiva”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;
- d) “prática coercitiva”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, as pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

Parágrafo terceiro: Enquanto perdurar o impedimento, a CONTRATANTE se reserva no direito de contratar o objeto em questão com outro fornecedor, desde que respeitadas as condições deste processo, não cabendo direito a CONTRATADA de formular qualquer reivindicação, pleito ou reclamação.

CLÁUSULA QUARTA – DA CESSÃO DO CONTRATO E SUBCONTRATAÇÃO:

A CONTRATADA não poderá em hipótese alguma ceder o presente Contrato a nenhuma outra pessoa de caráter física ou jurídica.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA:

O prazo de vigência do presente contrato é de 10/05/2021 A 06/05/2022 ou até entrega total do objeto.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA:

- a) A entrega do objeto no destino final será de responsabilidade da contratada,
- b) Será designado um servidor para o fiscalização do objeto, com autorização do Departamento solicitante;
- c) Apresentar junto com a nota fiscal, Certidão Trabalhista e Certidões Fiscais e Previdenciárias.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO:

**CAIXA DE ASSIST. E PREV. DOS SERVIDORES
MUNICÍPIO DE INAJÁ CNPJ 01.620.229/0001-
91 – ESTADO DO PARANA-**

Avenida Antônio Veiga Martins, 80 – Centro – CEP
87.670-000 Fone: (44) 3440-1221 – E-mail:
prefeitura@inaja.pr.gov.br

A CONTRATANTE reserva-se o direito de rescindir o presente Contrato independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que a CONTRATADA caiba o direito de indenização de qualquer espécie, nos seguintes casos:

- a) quando a CONTRATADA falir, entrar em concordata ou for dissolvida;
- b) quando a CONTRATADA transferir no todo ou em parte, o Contrato, sem a prévia anuência da CONTRATANTE;
- c) quando houver inadimplência de cláusulas ou condições contratuais por parte da CONTRATADA.

Parágrafo único: A rescisão do Contrato quando motivada por qualquer dos itens acima relacionados, implicará a apuração de perdas e danos, sem embargos da aplicação das demais providências legais cabíveis.

CLÁUSULA OITAVA – DOS CASOS OMISSOS:

Os casos omissos serão dirimidos em comum acordo entre as partes, com base na legislação em vigor.

CLÁUSULA NONA – DO CONHECIMENTO DAS PARTES:

Ao firmar este instrumento, declara a CONTRATADA ter plena ciência de seu conteúdo, bem como dos demais documentos vinculados ao presente Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO:

As partes contratantes ficam obrigadas a responder pelo cumprimento deste termo, perante o Foro da Comarca de Paranacity-PR, não obstante qualquer mudança de domicílio da CONTRATADA.

Justas e Contratadas, firmam as partes este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, com as testemunhas presentes ao ato, a fim de que produza seus efeitos legais.

Em, 06 de maio de 2021.



CLEBER GERALDO DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE



RICARDO CICARELLI DE MELO
SÓCIO-ADMINISTRADOR
CONTRATADA



RICARDO CICARELLI
DE MELO
559.859.559-15
Emitido por: AC
SERASA RFB v5

TESTEMUNHAS:



DIONATAN BATISTA LAZARO



GILBERTO MARCOS LUTERKING DUTRA

**CAIXA DE ASSIST. E PREV. DOS SERVIDORES
MUNICÍPIO DE INAJÁ CNPJ 01.620.229/0001-91 –
ESTADO DO PARANA-**

Avenida Antônio Veiga Martins, 80 – Centro – CEP 87.670-000 Fone: (44) 3440-1221 – E-mail: prefeitura@inaja.pr.gov.br

EXTRATO DE CONTRATO Nº 0001/2021

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2021

TERMO DE RATIFICAÇÃO

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 06 DE MAIO DE 2021.

CONTRATANTE: CAIXA DE ASSISTENCIA E PREVIDENCIA DOS SERVIDORES DO MUNICIPIO DE INAJÁ – PR.(CPASMI), com endereço a Av. Antônio Veiga Martins, Nº 80/82, Centro, inscrita sob o CNPJ Nº 01.620.229/0001-91, pessoa jurídica de direito público interno, representada neste ato pelo Senhor HELIO RODRIGUES DE JESUS – PRESIDENTE CPASMI, casado, portador do RG Nº 5.830.006-3-SSP/PR e CPF Nº 894.443.459-04, residente e domiciliado na RUA SANTA SOFIA, Nº S/N, CENTRO, neste município.

CONTRATADO: MELO AUDITORIA E ASSESSORIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF Nº 21.681.222/0001-97, situada na RUA CAPITÃO SOUZA FRANCO, Nº 484, BATEL- CEP- 80.730-420- CURITIBA -PR, neste ato, representada pelo Sr. RICARDO CICARELLI DE MELO - RG Nº 3.371.057-7 SSP-PR, CPF – 559.859.559-15- SÓCIO-ADMINISTRADOR da empresa.

DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM AVALIAÇÃO DO CALCULO ATUARIAL DO ULTIMO EXERCICIO FINANCEIRO, COM MAPA DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS E PROJEÇÕES DE RECEITAS E DESPESAS, NO ATENDIMENTO A LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS.

VALOR: R\$ 4.000,00 (QUATRO MIL REAIS).

PRAZO DE FORNECIMENTO: Imediato.

FORO: Comarca de Paranacity, Estado do PARANÁ.

INAJÁ, 06 DE MAIO DE 2021

PRESIDENTE CPASMI – INJÁ
HELIO RODRIGUES DE JESUS


RICARDO CICARELLI DE MELO
SÓCIO-ADMINISTRADOR

